

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.937 - PR (2019/0324773-5)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **MARLI TERESA BONAN CAPIOTO**
ADVOGADO : **LUCIANO MAESTRI - PR058568**
RECORRIDO : **V R A CONFECCOES LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**
INTERES. : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADO : **JULIANA FALCI MENDES E OUTRO(S) - SP223768**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que possuiu a seguinte ementa (e-STJ fl. 23):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. NÃO CONFIGURADA

1. Impõe-se aferir se o negócio jurídico foi posterior ao momento em que o redirecionamento foi formalizado nos autos da execução fiscal, pois somente a partir deste momento o sócio redirecionado pode ser qualificado como sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.
2. Renúncia ao direito de herança formalizada em 04-06-2014, enquanto o redirecionamento foi deferido em 09-05-2016. Fraude não configurada.

Nas razões de recurso (e-STJ fls. 38/43), a FAZENDA aponta violação do art. 185 do CTN, pois, "se o ato translativo foi praticado a partir de 09/06/2005, data de início da vigência da Lei Complementar 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude." (e-STJ fl. 39).

Em síntese, alega que (e-STJ fls. 39/40):

entendeu a Corte Regional que a fraude objetiva apenas pode ser reconhecida, contra o sócio responsável, após o redirecionamento da execução, desconsiderando a inscrição em dívida ativa em data anterior à transmissão do bem que reduziu o devedor à insolvência.

Impende lembrar, porém, que, em casos de redirecionamento, a inclusão do co-responsável no polo passivo estende a este os efeitos da inscrição em dívida ativa, que no caso ocorreu em 2013, como se vê dos autos de execução fiscal.

Para caracterização da fraude à execução, em se tratando de redirecionamento, não se exige a citação do sócio redirecionado.

As contrarrazões não foram oferecidas (e-STJ fl. 48).

O recurso foi admitido à e-STJ fls. 51/52.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos

a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Dito isso, importa mencionar que o presente recurso especial teve origem em agravo de instrumento, interposto em face da decisão que, por não entender configurada a hipótese de fraude à execução, indeferiu os pleitos formulados pela FAZENDA (e-STJ fls. 3/8).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso. Destaco os fundamentos que deram suporte ao julgamento (e-STJ fl. 87):

[...]

Sobre a fraude à execução, o Código Tributário Nacional assim dispõe:

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005) Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita. (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)

A inscrição do devedor em dívida ativa faz valer a presunção de fraude à execução.

No caso dos autos, porém, o ato jurídico - renúncia à herança - não se deu com a sociedade devedora indicada na Certidão de Dívida Ativa, mas com a sócia posteriormente incluída no polo passivo da execução fiscal.

Consigne-se que, ao contrário do que afirma a União, Marli Teresa Bonan Capioto não figura como responsável tributária nas CDAs.

Neste caso, não se questiona, para fins de apurar a ocorrência de fraude, se a alienação foi posterior à inscrição do débito em dívida ativa.

Impõe-se aferir se a alienação foi posterior ao momento em que o redirecionamento foi formalizado nos autos da execução fiscal, pois somente a partir deste momento o sócio redirecionado pode ser qualificado como sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.

Confirmam-se, a propósito, julgados do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL POR SÓCIO DA PESSOA JURÍDICA ANTES DO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. FRAUDE À EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADA.

1. Cinge-se a controvérsia em determinar se a venda de imóvel realizada por sócio de empresa executada, após a citação desta em ação de execução, mas antes da desconsideração da personalidade jurídica da empresa, configura fraude à execução.

2. A fraude à execução só poderá ser reconhecida se o ato de disposição do bem for posterior à citação válida do sócio devedor, quando redirecionada a execução que fora originariamente proposta em face da pessoa jurídica.

3. Na hipótese dos autos, ao tempo da alienação do imóvel corria demanda executiva apenas contra a empresa da qual os alienantes eram sócios, tendo a desconsideração da personalidade jurídica ocorrido mais de três anos após a venda do bem. Inviável, portanto, o reconhecimento de fraude à execução. 4. Recurso especial não provido.

(REsp 1.391.830/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJe 1º/12/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FRAUDE À EXECUÇÃO.

ALIENAÇÃO DE VEÍCULO POR SÓCIO ATINGIDO POR REDIRECIONAMENTO DO FEITO EXECUTIVO. NEGÓCIO REALIZADO ANTES DO REDIRECIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRIÇÃO DO BEM À ÉPOCA DO NEGÓCIO. BOA-FÉ OBJETIVA. SÚMULA N. 375/STJ.

1. O acórdão recorrido julgou a lide em consonância com o entendimento desta Corte Superior no sentido de que não constitui fraude à execução a alienação de bem pertencente a sócio da empresa devedora antes de ter sido redirecionada a execução. Isso porque o sócio somente será considerado como devedor do Fisco, para fins de aplicação do art. 185 do CTN, quando for deferida a sua inclusão no pólo passivo da execução. Nesse sentido: REsp 833.306/RS, REsp 302.762/MG, EREsp 1.103.65/SP, REsp 302.762/MG.

2. Com amparo do princípio da boa-fé objetiva, é válida a alienação do veículo feita a terceiro antes do redirecionamento da execução ao sócio alienante, sobretudo porque à época do negócio jurídico sequer havia constrição sobre o bem. Incidência da Súmula n. 375/STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1186376/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 20/09/2010) EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO-GERENTE. O negócio jurídico de compra e venda realizado por sócio-gerente de sociedade devedora se presume em fraude à execução na forma do art. 185 do Código Tributário Nacional se a alienação for posterior ao redirecionamento da execução fiscal contra si, efetivado pela retificação da autuação do processo.

(TRF4, AC 5001550-13.2017.4.04.7206, SEGUNDA TURMA, Relator para Acórdão RÔMULO PIZZOLATTI, juntado aos autos em 07/05/2018).

No caso, a renúncia à herança ocorreu em 04-06-2014. A execução fiscal foi ajuizada em 21-09-2015, o pedido de redirecionamento deferido em 09-05-2016 e a executada citada em 07-06-2016.

Assim, no momento da alienação, a sócia não poderia ser qualificada como sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, nos termos do artigo 185 do Código Tributário Nacional.

Não reconhecida a fraude, não há falar em ato atentatório a dignidade da justiça, litigância de má-fé e crime de desobediência.

Assim, deve ser mantida a decisão agravada.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo de instrumento.

Pois bem.

Na hipótese dos autos, conforme o acórdão recorrido, a alienação do direito ocorreu em 4/6/2014, ao passo que o redirecionamento da execução foi deferido em 9/5/2016, razão pela qual o julgado não diverge do entendimento desta Corte Superior, uma vez que a fraude à execução apenas se configura quando demonstrado que a alienação do bem pertencente ao sócio da empresa devedora ocorreu após o efetivo redirecionamento do pleito executivo (AgInt no REsp 1.648.699/PR, de minha relatoria, julgado em 18/09/2018, DJe 22/10/2018, v.g.).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM. SÓCIO DA DEVEDORA. FATO ANTERIOR AO REDIRECIONAMENTO. FRAUDE À EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Conforme entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, a fraude à execução se configura quando demonstrado que a alienação do bem pertencente ao sócio da empresa devedora ocorreu após o efetivo

redirecionamento do processo executivo.

2. Hipótese em que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STJ, porquanto nele está consignado que "o débito foi inscrito em dívida ativa em 25/11/2008. O redirecionamento do feito foi requerido em 31/08/2012 e deferido em 11/10/2012. A citação editalícia da sócia restou perfectibilizada em 13/03/2013. Já a cessão dos bens de propriedade da referida sócia ocorreu em 01/08/2012, ou seja, antes mesmo do pedido de redirecionamento e, por conseguinte, da citação da sócia para figurar no pólo passivo do feito executivo. Nestas condições, em se tratando de bens pessoais da sócia e, tendo a cessão ocorrido anteriormente ao redirecionamento do feito, não há se falar em fraude à execução".

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.626.150/RS, de minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 22/10/2018).

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO POSTERIOR AOS ATOS DE ALIENAÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO AFASTADA.

I - Recurso Especial interposto contra acórdão que rejeitou a configuração da fraude à execução fiscal. A execução fiscal versa sobre tributos inscritos na dívida ativa da União em 1996, com decisão de redirecionamento em 16.12.2015. Os imóveis foram alienados em 3.3.2005 e 10.5.2010.

II - Se a execução fiscal é proposta apenas contra a pessoa jurídica, o sócio-gerente apenas se torna devedor quando deferido o redirecionamento. A lógica interpretativa do art. 185 do CTN não se estende àquele que nem sequer é devedor. Assim a fraude à execução apenas se configura quando demonstrado que a alienação do bem pertencente ao sócio da empresa devedora ocorreu após o efetivo redirecionamento do pleito executivo.

III - Considerando, que "os imóveis a que se refere a Fazenda Nacional foram alienados pelos coexecutados a terceiros em 10/5/2010 e 3/3/2005, conforme extratos de fls. 364 e 371" (fl. 469), a alienação ocorreu antes da citação dos réus, decorrente do redirecionamento da execução fiscal, não sendo possível a configuração de fraude à execução.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.662.271/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 26/09/2017).

Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ (não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida), que "não se aplica apenas aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea 'c' do art. 105, III, da CF, sendo aplicável também aos recursos fundados na alínea 'a'" (AgInt no AREsp 895.402/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 30/8/2016).

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator